

Polícia afasta delegado

GIZELLA RODRIGUES

DA EQUIPE DO CORREIO

Cadu Gomes/CB



ENTRE AS ACUSAÇÕES CONTRA KLEIBER, PESA A DE ENGAVETAR DEPOIMENTOS

O delegado João Kleiber Ésper está afastado por tempo indeterminado da Polícia Civil do Distrito Federal por acusações de corrupção. Na última segunda-feira, a direção da instituição determinou a abertura de processo administrativo disciplinar contra Ésper, que é acusado de receber entre R\$ 70 mil e R\$ 90 mil de um estelionatário para livrá-lo de um processo, em 2003. Na época, ele era lotado na 10ª DP (Lago Sul). O delegado vai ficar fora da Polícia Civil até a conclusão das investigações da Corregedoria e pode ser expulso.

A ordem para investigar João Kleiber foi publicada em portaria no Boletim de Serviço nº 68 da Polícia Civil, que circula entre a Secretaria de Segurança Pública e todas as unidades de polícia, como delegacias e divisões. Durante o tempo em que estiver afastado, Ésper continuará recebendo o salário de delegado (que é de cerca de R\$ 20 mil), mas terá de entregar arma, algema, distintivo e a carteira de identidade policial. Ele também está proibido de acessar os bancos de dados da Polícia Civil.

Ésper está há 25 anos na polícia. Foi delegado na 30ª DP (São

Sebastião) e, até setembro do ano passado, era diretor da Divisão de Repressão a Sequestros (DRS), que comandou parte das investigações do sequestro e assassinato da estudante Isabela Tainara Faria, 14 anos. Ele também respondeu na Justiça a um processo no qual é acusado de corrupção passiva. Se condenado, pode pegar de um a oito anos de prisão.

De acordo com as denúncias, o delegado recebeu, em 13 de novembro de 2003, dinheiro de Orlando Rodrigues da Cunha Filho, um estelionatário investigado pela 10ª DP. Cunha, então

presidente da Federação Hípica de Brasília, queria que Ésper desse fim ao inquérito aberto contra ele. O montante foi flagrado na conta bancária do delegado. Cunha acabou preso em julho de 2005, acusado de participar de um esquema milionário. Ele procurava empresários que precisavam de crédito e oferecia empréstimos atraentes. As vítimas assinavam o contrato e, depois, eram informadas sobre a necessidade de pagar taxas. Depois de fazer o depósito, os empresários nunca mais viam dinheiro algum. O golpe era prati-

cado desde 2000 e lesou cerca de 300 pessoas em quatro capitais.

Procurada pela reportagem, a direção da Polícia Civil não quis dar detalhes do caso, sob a alegação de que não faria prejuízos. A Divisão de Comunicação da instituição (Divicom) limitou-se a informar que o processo corre em segredo de Justiça e que o afastamento preventivo é uma medida prevista em lei. João Kleiber Ésper também foi procurado, mas não atendeu o telefone durante toda a tarde.

Esta não é a primeira denúncia contra o delegado. A Corregedoria também apura uma má conduta policial dele, cometida em 2006. Ésper colheu o depoimento do advogado Bruno Miranda Ribeiro contra o ex-presidente do Senado, Renan Calheiros, na 30ª DP. No depoimento, Bruno — que foi casado com Flávia Garcia, assessora parlamentar de Renan — acusa o ex-sogra, o empresário Luiz Carlos Garcia Coelho, de montar um esquema de arrecadação para Renan nos ministérios chefiados pelo PMDB, partido do senador. A polícia quer saber por que o delegado demorou tanto para passar adiante um assunto que não era de sua competência. O depoimento permaneceu sete meses na gaveta do delegado.